

A REPRODUÇÃO "VERDE" DO CAPITALISMO: As grandes empresas na condução da globalização

EDUARDO FERNANDES MARCUSO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Esplanada dos Ministérios | Brasil
eduardo.marcuso@agricultura.gov.br

PALAVRAS-CHAVE:
Desenvolvimento
Capitalista; Crise
Ambiental;
Desenvolvimento
Sustentável, Grandes
Empresas; Globalização

RESUMO:

O texto aborda de forma crítica como são encaradas as formas de sustentabilidade no capitalismo atual, buscando mostrar como essas formas foram forjadas sob a influência do neoliberalismo e como são usadas para reprodução do capitalismo. As possíveis soluções para a crise ambiental atual são elencadas evidenciando que o único consenso é que o modelo atual não conduzirá à uma sociedade justa social e ambientalmente. As propostas caminham para o combate da desigualdade e a construção de uma nova sociedade e relação entre o homem e a natureza. Por conseguinte a discussão recai nas grandes empresas como condutoras da fase atual do desenvolvimento capitalista, a globalização. A ligação, entre a discussão da sustentabilidade e das grandes empresas, está na ideia de que a reprodução verde do capitalismo é guiada pelas grandes corporações mundiais.

SITES THE "GREEN" REPRODUCTION OF CAPITALISM: LARGE COMPANIES IN THE CONDUCT OF GLOBALIZATION

ABSTRACT:
The text discusses critically the forms of sustainability are seen in contemporary capitalism, seeking to show how these forms were forged under the influence of neoliberalism, and how they are used for reproduction of capitalism. Possible solutions to the current environmental crisis are listed showing that the only consensus is that the current model does not lead to a social and environmentally just society. Proposals go to fight inequality and the construction of a new society and the relationship between man and nature. Therefore the discussion rests in large enterprises as drivers of the current phase of capitalist development, globalization. The connection between the discussion of sustainability and large companies, is the idea that green capitalism reproduction is driven by large global corporations.

KEYWORDS:

Capitalist Development;
Environmental Crisis;
Sustainable
Development; Large
Companies;
Globalization

LA REPRODUCCIÓN "VERDE" DEL CAPITALISMO: LAS GRANDES EMPRESAS EN LA CONDUCCIÓN DE LA GLOBALIZACIÓN

PALABRAS CLAVE:

Desarrollo capitalista;
Crisis ambiental;
Desarrollo Sostenible,
Grandes Empresas;
Globalización

RESUMEN:

El texto aborda críticamente cómo se ven las formas de sostenibilidad en el capitalismo actual, tratando de mostrar cómo estas formas se forjaron bajo la influencia del neoliberalismo y cómo se usan para la reproducción del capitalismo. Las posibles soluciones a la actual crisis ambiental se destacan al señalar que el único consenso es que el modelo actual no conducirá a una sociedad justa social y ambientalmente. Las propuestas se dirigen a combatir la desigualdad y construir una nueva sociedad y relaciones entre el hombre y la naturaleza. Por lo tanto, la discusión recae en las grandes empresas como motor de la fase actual del desarrollo capitalista, la globalización. La conexión entre la discusión de la sostenibilidad y las grandes empresas reside en la idea de que la reproducción verde del capitalismo está guiada por las grandes corporaciones del mundo.

INTRODUÇÃO

Atualmente é difícil encontrar alguma empresa que seja contra os princípios difundidos da sustentabilidade, contudo poucas pessoas sabem o real objetivo de se empregar o termo sustentabilidade nos dias de hoje. As campanhas tidas como verde se proliferam desde o comércio até os programas de pós-graduação, mas esse verde é em prol da natureza ou do lucro das empresas? A muita controversa na criação e no uso dos termos que pregam a sustentabilidade.

A ideia central do artigo é que as grandes empresas condutoras da globalização e da reprodução do capitalismo influenciaram na criação e desenvolvimento do conceito de sustentabilidade comumente aplicado na sociedade não para proteger a natureza da degradação, mas para atender aos reclames ambientais da comunidade e adeptos do ambientalismo sem perder de vista seu objetivo maior, o lucro.

Esse debate é que guia o artigo que na seção A construção da capitalismo verde, a qual, aborda como ocorreu e ocorre a transformação de mecanismo de sustentabilidade em mecanismo de geração de riquezas. Trata também de como foram forjados, por exemplo, os conceito de desenvolvimento sustentável e como a influência neoliberal¹

¹ O neoliberalismo foi uma resposta ao keynesianismo que defendia o Estado intervencionista do bem-estar no norte da Europa e da América. A implementação do programa neoliberal se segue à desregulação do mercado, controle de preços, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos. "este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional." (Anderson, 1993, p. 12) Anderson, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E. & Gentili, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

traça os propósitos da sustentabilidade hoje, a saber; o continuísmo do sistema e a maior geração de lucro, só que agora com um tom de verde plantando uma ou outra árvore.

A seção As possíveis soluções para a crise ambiental, ou melhor, os possíveis caminhos trazem a característica semelhante entre os caminhos elencados colocando que este sistema posto não irá conduzir a uma sociedade justa tanto em termos ambientais como em sociais. Outra ideia em comum é que a busca por outra opção societal se faz necessária para superarmos a crise ambiental.

Em As grandes empresas dominam o mundo mostra-se como as grandes corporações são condutoras do capitalismo na sua fase atual, a globalização. A internacionalização do capital e a associação do capital industrial com o financeiro é ponto destacado nesta seção para entender o porquê da proeminência das grandes empresas no capitalismo.

Por fim as considerações finais trazem análise entre a relação da reprodução "verde" do capital como a liderança das grandes empresas no desenvolvimento capitalista na era da globalização.

A Construção Do Capitalismo Verde

A Sustentabilidade seria uma nova forma de reprodução do capital? Essa pergunta traz o debate que guia essa seção do artigo. Esta análise acredita que sim, as questões ambientais estão sendo usadas para dar continuidade ao sistema capitalista e a preocupação com o meio ambiente esconde o real objetivo, o lucro. Na verdade a onda "verde" veio para se gerar mais riquezas econômicas e não para preservar os recursos naturais. Para elucidar a questão se inicia com a fábula do sapo e do escorpião para mostrar a verdadeira natureza do capitalismo.

“Convencido de sua boa-fé, o sapo aceita levar o escorpião nas costas, na travessia do rio. Afinal, se for picado, é o próprio escorpião que com ele perecerá. No meio do trajeto, porém, sente que seu passageiro lhe crava fundo o ferrão. Antes de, com ele, afundar, desolado e perplexo, o sapo recebe a explicação: sou um escorpião, e essa é minha natureza”. (Abramovay, 2012, p. 129).

O autor pergunta se é possível um capitalismo capaz de levar o mundo e seus problemas em conta? Será possível, com o capitalismo, uma história diferente da do sapo e do escorpião? Afinal, trata-se de um sistema em que as empresas procuram ampliar seus ganhos, os consumidores aspiram aumentar a cesta de bens e serviços a que têm acesso e os governos atuam antes de tudo para permitir que esses objetivos sejam alcançados. Portanto, nessas condições, como é possível que o sistema econômico tenha qualquer outro objetivo que não seja sua expansão perpétua? Imaginar o contrário não será o mesmo que se comportar como o sapo diante do escorpião? (*id. ibid.*)

Percebe-se que é difícil para a economia pensar em outra coisa que não acumular mais e mais, é sua natureza. Essa natureza se firmou quando o capitalismo iniciou o distanciamento do homem com o meio ambiente enquanto espaço de vivência. Essa tendência se cristalizou com a civilização industrial que se fez na desorganização de sistemas de produção fundados no valor de uso, separando assim, os indivíduos da

natureza (Porto Gonçalves, 1989). No mundo capitalista é o valor de troca que move o mundo, enquanto o valor de uso é seu veículo. “É a quantidade, portanto, que se impõe à qualidade; a economia à ecologia” (Leff, 2000, p. 115). A separação entre homem e natureza, contudo, vem de muito antes na sociedade ocidental, desde o mito cristão-judáico do homem como superior e dominador da terra (Leroy, 2002).

A relação entre os seres humanos e o meio ambiente não são mediadas pela preservação da natureza e o bem-estar coletivo, mas sim pelos ganhos econômicos e individualizado. Sendo assim, o meio ambiente é para o sistema capitalista em que vivemos fornecedor de matéria-prima e receptáculo de dejetos (Theis, 1998).

Da natureza então, o que se quer são seus recursos, extraindo assim, o chamado capital natural do planeta considerado como a totalidade dos recursos naturais disponíveis que rendem fluxos de benefícios tangíveis e intangíveis ao homem (Romeiro & Andrade, 2009). Em outras palavras, o capital natural é a totalidade dos recursos oferecidos pelo ecossistema terrestre que suporta o sistema econômico, os quais contribuem direta e indiretamente para o bem-estar humano.

Porém a demanda humana pelos recursos naturais vem crescendo rapidamente, ultrapassando em muitos casos a capacidade de os ecossistemas fornecê-los. Um dos primeiros alarmes a chamar atenção mundial para essa situação foi o relatório “Limites do Crescimento” (*The Limits to Growth*), também conhecido pelo nome de seu líder o pesquisador Meadows. Esse estudo publicado em 1972 foi o alicerce, no mesmo ano, da I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CNUMAD). A conferência de Estocolmo da ONU teve seu texto encomendado por um grupo de industriais chamados Clubes de Roma que apesar de trazer luz à problemática o relatório também tinha outros objetivos. Ao propor o crescimento zero como solução para a catástrofe ambiental que se desenhava pelos dizeres do relatório, tornava-se fixa a desigualdade entre Norte X Sul². (Mc Cormick, 1992)

Depois desses acontecimento a questão ambiental entrou na agenda internacional e outro documento importante nessa linha foi o relatório “Nosso futuro Comum” (*Our Common Future*) que também ganhou o nome de sua líder a pesquisadora Brundtland. Esse estudo publicado em 1987 foi a base da II CNUMAD, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que ficou conhecida mundialmente como Rio 92 ou Eco 92. A conferência foi a maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade, denotando a importância que o tema ganhou. O encontro consagrou o termo desenvolvimento sustentável – DS³, porém o termo nada tem de sustentável ecologicamente falando. Aparentemente o termo sugere a sustentabilidade do meio ambiente, mas o que realmente representa é um continuísmo do desenvolvimento

² Contrário à ideia de crescimento zero Gudynas (2003) aponta que algumas regiões mais pobres devem crescer sim, sobretudo a América Latina. Contudo esse crescimento deve ser orientado para a satisfação das necessidades humanas e também da conservação da natureza.

Gudynas, E. *Ecología, economía y ética del Desarrollo Sostenible*. La Paz: Academia Nacional de Ciencias de Bolivia (ANCB), 2003.

³ Desenvolvimento sustentável é aquele que por meio do desenvolvimento iria promover a sustentabilidade do planeta, a diminuição das desigualdades possibilitando as gerações futuras atenderem suas necessidades (Leroy, 2002).

capitalista maquiado de sustentável. Desenvolvimento sinônimo de crescimento é na teoria e na prática insustentável em termos ambientais.

O Relatório Brundtland atingiu seu objetivo ao preconizar uma estratégia dominante, de caráter universalizante, sob o manto ideológico da natureza como bem comum da humanidade como se houvesse uma apropriação igual das riquezas. Assim, é importante salientar que a formulação do desenvolvimento sustentável somente pode ser compreendida em consonância à consolidação do neoliberalismo, que se tornou, paulatinamente, a matriz econômica dominante da ordem mundial da globalização. (Oliveira, 2012, p. 83)

A criação do conceito de DS é um projeto do capitalismo para se opor ao pessimismo do relatório Meadows e levantar o otimismo do relatório Brundtland, onde o desenvolvimento econômico e a tecnologia iriam solucionar a crise ecológica. Dessa forma, o sistema pode se perpetuar aprofundando suas bases de acumulação agora roupadas de “verde”. Ao contrário do “Limites do Crescimento”, que preconizava o divórcio entre ecologia e economia por meio da proposta do crescimento zero, o “Nosso Futuro Comum” foi o corolário do processo de alinhamento dos interesses econômicos com a questão ambiental (*id. ibid.*).

O termo DS foi a solução encontrada para dar ao crescimento econômico mais uma via de atuação. A real proposta não é preservar o meio ambiente, mas sim preservar a ideologia hegemônica, o neoliberalismo (Layrargues, 1997). Suas premissas foram disseminadas, sobretudo nos EUA com Ronald Reagan, cristalizadas no consenso de Washington⁴ e no Reino Unido com Margareth Thatcher. A ascensão de governos dispostos a aplicar as teorias neoliberais no início da década de 1980 criou uma atmosfera de ideias que envolveu a execução do relatório Brundtland, que se iniciou em 1983 e foi publicado em 1987. Sendo assim, o caráter neoliberal da época influenciou o texto do relatório. (Oliveira, 2012).

O desenvolvimento sustentável assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças, na aparente certeza de se tratar de um processo gradual que desembocará na sustentabilidade socioambiental. (Layrargues, 1997, p. 10)

É o caráter dúbio do DS, que prega ao mesmo tempo proteção ao meio ambiente e crescimento sem limites, é que encobre práticas econômicas prejudiciais ao meio ambiente oferecendo a roupagem do desenvolvimento com sustentabilidade. Esse é o álibi de que necessitam as operações interessadas de agentes econômicos "buscando sempre o controle de novas áreas e de novas oportunidades de negócios, além de proteger

⁴ O Consenso de Washington foi o resultado de uma reunião, realizada em novembro de 1989, na capital dos Estados Unidos entre funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais, principalmente FMI e Banco Mundial, para debater as reformas econômicas necessárias à América Latina no viés neoliberal, sendo assim, um conjunto de reformas orientadas para o mercado. "O Consenso de Washington é hoje um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes" (Tavares & Fiori, 1993, p. 18). Tavares, M. de C & Fiori, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

de qualquer possibilidade de alteração o modelo de produção e consumo dominante" (Guerra, 2007, p. 14).

O DS não é um efetivo novo estilo de desenvolvimento, mas uma articulação teórico e prática no sentido de expandir as fronteiras de atuação do mercado, ou seja, novas formas e lugares a serem explorados com potenciais para geração de riqueza (*id. ibid.*).

É nesse sentido que Perret (2011) chama atenção que o DS foi transformado, de forma errônea, em mantra salvador para não escolhermos entre economia e ecologia, o termo apareceu como mito pacificador, fórmula tranquilizante e uma espécie de senha para o futuro. Esse futuro é o da mercantilização da natureza, ou como nos dizeres de Guattari (1990), a lógica do capital influencia os registros ecológicos transformando a natureza em uma nova mercadoria publicizada como uma marca. O capitalismo mundial integrado, como o autor chama a fase atual do capitalismo, cria subjetividades por intermédio da mídia que impõem modelagens de como ser e de como se viver, reguladas pelo desejo e pelo consumo. Sendo assim o meio ambiente também se torna algo a ser consumido como uma grife.

Desse processo surgem alguns termos, como por exemplo, Econegócio. Essa nova palavra está vinculando a problemática ambiental no mundo dos negócios, mas isso significa maximização de lucros e não preservação ambiental (Boff, 1999). Outro termo que apareceu foi o da Ecopropaganda, definida por Giacomini Filho (2004), como a propaganda qualificada de ecológica para disseminar seus pressupostos no ideário pessoal e organizacional (governos, grupos, empresas, etc.). O consenso que existe no plano ambiental e empresarial é que as empresas só se mobilizam para praticar ações de proteção do ambiente sob pressão. Elas são de todo os lados, seja ela na forma da lei, da opinião pública, dos consumidores e de denúncias na mídia (*id. ibid.*).

uma suposta consciência ecológica do modo de produção esconde na verdade o lançamento de um novo mercado, o de ecoprodutos, produtos simplesmente remodelados que atingem diretamente os interesses de uma classe consumidora, portanto, com poder de compra e que entende a questão ambiental pela ótica de um hábito, o consumo ecologicamente correto. (Possamai, 2006, p. 51)

Da mobilização ambiental e social das empresas surgem nomenclaturas um tanto quanto contraditórias como, por exemplo, Empresa Cidadã, tem para Perret (2011), sua contradição no fato de a empresa querer justificar suas ações por meio da questão socioambiental mostrando sua responsabilidade. Contudo, esperar por iniciativas das empresas prestação de conta que não as dos investidores é iludir-se sobre o objetivo do capitalismo, o lucro.

Em 1994 a questão ambiental já era considerada importante para os grandes grupos econômicos nacionais. Pesquisa do jornal Folha de S.Paulo, na época, revela que 87% dos representantes dos grupos afirmaram ser os certificados ambientais importantes diferenciais mercadológicos, e não consideraram relevante as auditorias ambientais porque não era visível ao consumidor (Giacomini Filho, 2004). O que é importante não são os certificado ambientais como forma de proteção da natureza, mas sim de propaganda. Dessa forma auditorias ambientais não são destacadas, por mais que

ajustem as empresas ambientalmente não são veículos de promoção da mesma, não resultando assim, em maiores ganhos econômicos.

No que se refere às certificações o ISO 14000 mostrou-se prejudicial às empresas dos países subdesenvolvidos no início de sua aplicação porque traria custos adicionais com importações de tecnologias das empresas dos países desenvolvidos diminuindo assim, a competitividade dos primeiros e criando reserva de mercado (econegócio) para os segundos. Contudo a globalização fez da certificação um diferencial mercadológico e competitivo, sendo ISO 14000 um passaporte para o mundo dos negócios globais (*id. ibid.*).

é certo que essa adaptação acarreta, em certos períodos, diminuição da margem de lucro; mas isso representa uma ameaça menor do que sofrer repentinamente pressões sociais que podem trazer perda de credibilidade e, conseqüentemente, perda de mercado que levaram anos para serem conquistados. (*id. ibid.*, p. 100)

As empresas se mobilizam ambientalmente buscando certificações ambientais, mas no fundo seu interesse é que essas ações ambientais forneçam uma boa imagem por meio da propaganda e que as empresas consigam maiores lucros.

Exemplos de como o sistema capitalista agrega as questões ambientais como forma de reprodução do capital, tem-se o surgimento de índices de sustentabilidade nas bolsas de valores de todo o mundo. Em 1999 surgiu o primeiro deles o *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), família de índices cujas carteiras são constituídas a partir de uma abordagem *triple bottom line*⁵. Em 2001, o *Financial Times* e a *London Stock Exchange* lançaram o FTSE-4Good, índice de sustentabilidade da Bolsa de Londres. A tendência espalhou-se para os mercados emergentes e influenciou a construção de índices de igual teor na Bolsa de Joanesburgo (JSE) em 2003 e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no Brasil em 2005.

O objetivo desses índices é claro, promover às empresas participantes maiores margens de lucro. Na próxima citação de autores ligados ao mercado financeiro fica claro os objetivos dos índices e quando as questões ambientais são elencadas, e foram as últimas, é para reduzir riscos socioambientais que poderiam prejudicar as empresas em licenças sociais.

A aposta desses índices baseia-se na lógica que conecta as práticas empresariais sustentáveis à criação de valor para o acionista no longo prazo. Espera-se que as empresas integrantes da carteira do ISE desfrutem de acesso mais rápido e barato ao crédito, de menores custos de seguro e de bom clima organizacional, e também atraiam e retenham os melhores talentos, conquistem maior lealdade do consumidor e, com

⁵ Termo criado por John Elkington em 1994 para designar equilíbrio entre três pilares - ambiental, econômico e social - para obtenção do sucesso nos negócios. O próprio Elkington não acredita que sua abordagem seja uma resposta aos problemas ambientais causados pelas empresas. O autor acredita que o seu princípio 3P (*People, Profit, Planet*) chama atenção de uma parcela tímida dos empresários para desafio que será a relação economia e meio ambiente nas próximas décadas. Contudo afirma que o mundo corporativo disfarçado pelo manto do desenvolvimento sustentável seria como um canibal de garfo e faca. Comer de garfo e faca é uma evolução, mas ainda seria um canibal. Isso porque o objetivo da empresa ainda é o lucro. Elkington, J. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Mr. Books, 2011.

isso, valorizem a imagem institucional. E, ainda, que reduzam riscos e passivos socioambientais, diminuam as chances de conflitos e garantam a licença social para operar [...] Nessa abordagem, ainda tímida, a adoção de práticas de responsabilidade empresarial não se esgota no assistencialismo e na filantropia. Para essa parcela pequena – mas atenta – do empresariado, o conceito de sustentabilidade hoje representa uma nova maneira de fazer negócios. (Marcondes & Bacarji, 2010, p. 11)

É nítido o porquê da criação dos índices; acesso a créditos, lealdade do consumidor, imagem institucional etc., Essas características buscam o aumento de ganhos econômicos e em nenhum momento os índices de sustentabilidade pensam na problemática ambiental como dilema do planeta.

Outro termo que ganhou notoriedade é a chamada economia verde, que consiste em acreditar que a expansão generalizada pode permanecer como objetivo da economia, uma vez que novas tecnologias seriam em teoria capazes de reduzir cada vez mais o uso de materiais, energia e as emissões decorrentes da oferta de bens e serviços. Abramovay (2012a) vê isso como mito do crescimento verde e propõe ir “muito além da economia verde” título do seu livro. Para o autor a emergência de uma nova economia é medida pelo desempenho no uso dos recursos naturais na promoção do bem estar humano e dos ecossistemas e não somente para o crescimento econômico.

Como exemplo dessa chama economia verde tem-se a escalada da eficiência no processo produtivo que, todavia, não reduziu as pressões econômicas sobre a natureza⁶. Em 1992 emitiam-se que cerca de 600 gramas de gases de efeito estufa eram usados para produzir o equivalente a um dólar do PIB global. Vinte anos depois, as emissões para essa mesma unidade de dólar caem nada menos que 23%. Entretanto, não há mecanismo de governança no sentido de limitar o uso de energia e recursos (Abramovay, 2012b). Isso se verifica com o crescimento econômico do período analisado. Em 1992, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB mundial, em poder de paridade de compra (ppc), foi de 27,9 trilhões de dólares. Isto representou uma renda per capita de 5 mil dólares no ano. Em 2012, o PIB mundial deve ficar em torno de 82,8 trilhões de dólares - ppc com uma renda per capita mundial de 11,7 mil dólares. Houve um crescimento de

⁶ "Se as empresas tivessem que pagar pelo uso que fazem dos recursos ecossistêmicos de que dependem – e que sistematicamente destroem –, elas fechariam seus balanços no vermelho. Os números são chocantes: nos EUA, o custo total da degradação vai além de um US\$ 1 trilhão, ou seja, 6,2% do maior PIB mundial. Globalmente, são US\$ 3 trilhões. E isso se refere apenas ao ano de 2013. Desde 2007, esses custos ocultos, não pagos, aumentaram 15% nos EUA e 17% globalmente. O mais preocupante é que as maiores empresas globais empenham-se em reduzir seus impactos ambientais. Em 2013, por exemplo, cada dólar da economia global gerou 16% a menos de gases de efeito estufa que o mesmo valor produzido em 2009. Só que esse avanço foi mais que contrabalançado pelo próprio crescimento econômico: a emissão total de gases de efeito estufa neste período cresceu 4%, apesar do declínio nas emissões por cada dólar gerado. E o lucro das empresas que constam do estudo aumentou nada menos que 20%. A conclusão é a de que "os negócios vêm-se tornando mais eficientes, mas não num ritmo suficientemente veloz para contrabalançar o crescimento econômico, o que leva ao aumento no uso dos recursos e das emissões". Em algum momento, essa opacidade fantasiosa vai desaparecer. O regime de preços da economia global terá que mudar drasticamente. Esse não é um assunto de ambientalistas. É um tema estratégico que envolve não só os riscos dos negócios, mas a vida de toda a sociedade." Abramovay, R. A fantasia dos preços. *Folha de S.Paulo*. 13/04/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2015/04/1615256-ricardo-abramovay--a-fantasia-dos-precos.shtml>. Acesso em: 13/04/2015.

134% no poder de compra médio da população mundial em termos nominais. (Alves, 2012).

De que adianta reduzir a quantidade de recursos naturais usados por unidade se o número de unidades aumenta de forma gritante. A agressão à natureza então não reduziu, só aumentou, apesar do aumento da eficiência. Essa é a lógica da economia verde e de todas as formas “verdes” de pensar o capitalismo, um ajuste aqui outro acolá, mas mantendo o sistema funcionando de vento em popa.

Outra situação, já apresentada quando se remeteu ao relatório Meadows, é o grau de desigualdade alcançado. Seria a humanidade como um todo que está destruindo o planeta? Leroy (2002) esclarece que não é a humanidade que está destruindo o planeta e sim as suas minorias. São os 20% das pessoas ricas do globo que consomem cerca de 80% dos recursos do planeta e ao mesmo tempo geram 80% da poluição e degradação ambiental. A conta é a seguinte, se 15% do planeta consumisse como os EUA a terra já seria ambientalmente insustentável.

Dizer que estamos em uma responsabilidade compartilhada e que “todos os homens que viajam na nave terra” tem a mesma responsabilidade é camuflar a maior responsabilidade dos países ricos, maiores consumidores de matérias prima. É errado igualar a responsabilidade pela crise ambiental em um cidadão norte americano com uma pegada ecológica⁷ de 461 hectares com um cidadão indiano que possui uma pegada de 45 hectares. “Assim, o planeta sofre um impacto ambiental dez vezes maior quando nasce um bebê no primeiro mundo do que quando nasce um bebê na Índia, na China ou no Paquistão” (Haesbaert & Gonçalves⁸, 2006, p. 128). Igualar todos os habitantes da terra é cobrir a desigualdade, as relações de força, poder e exploração que rege os companheiros de viagem. Só um neomalthusiano cego iria se preocupar com o controle de natalidade no sudeste asiático e esquecer-se do ritmo frenético de exploração dos recursos naturais países desenvolvidos.

Leituras mais recentes apontam também para um avanço da pressão econômica mundial, sobretudo dos países ricos, sobre ecologia global. O relatório planeta vivo de 2014 do *World Wide Fund for Nature* (WWF, 2014) aponta que a combinação de uma perda de biodiversidade e uma pegada ecológica insustentável ameaça os sistemas naturais e o bem-estar humano no mundo todo. Globalmente a demanda da humanidade sobre o planeta está 50% maior do que a natureza é capaz de renovar-se, ou seja, atualmente seria necessário 1,5 planetas para produzir os recursos necessários para a nossa atual pegada ecológica que é a medida da demanda da humanidade sobre o meio ambiente.

⁷ A Pegada Ecológica é uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Expressada em hectares globais (gha), permite comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta. Um hectare global significa um hectare de produtividade média mundial para terras e águas produtivas em um ano (WWF). Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/o_que_e_pegada_ecologica/, acesso em: 19/02/15.

⁸ Os autores abordam a questão ambiental na obra como uma das facetas da nova des-ordem mundial entendida como nova forma de configuração das relações de poder entre as regiões e os territórios baseada nos processos de globalização. A dimensão ambiental ou ecológica é lida sob o contexto da “des-ordem neoliberal” e das transformações e impasses tecnológicos do sistema capitalista.

Outro questionamento, levantado por Leroy (2002), se dirige ao sentido de que as minorias ricas, que consomem e poluem mais, não abrem mão dos seus padrões de luxo, não fazem qualquer concessão em relação aos impactos ambientais de seus modelos de vida e pior ainda, apontam isso como meta aos menos favorecidos criando desejos e ambições ambientalmente insustentáveis. “No plano internacional, como no plano interno, os conceitos convencionais de desenvolvimento se baseiam na iniquidade e na ideologia de crescimento ilimitado” (*id. ibid.*, p. 16). A crítica que se faz é sobre a ideia de que todos fossem iguais por meio do consumo (Haesbaert; Gonçalves, 2006). Na vertente neoliberal atual o desenvolvimento econômico é feito à custa do desenvolvimento social. (Boff, 1999, p. 27).

A alteração do meio ambiente é tanta que Sachs (2012) defende que a humanidade entrou em uma nova estratigrafia geológica, o antropoceno. Nesse estágio geológico a humanidade tornou-se a principal força de mudança geológica e ecológica do planeta.

Em uma linha mais radical alguns autores acreditam que as questões ambientais não são apenas um ajuste na forma de reprodução do capitalismo e sim um dos indícios que o sistema é destrutivo e deve ser mudado. Mészáros (2009) se enquadra nesse grupo e acredita que estamos vivendo uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente. Essas alterações recolocam nossa busca por uma alternativa societal visando à construção de um novo modo de produção e de um novo modo de vida fortemente contrário à lógica destrutiva do capital hoje dominante. Para o autor o homem, ou o capitalismo, está por levar a humanidade ao seu extermínio.

o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza (*id. ibid.*, p. 29).

Leroy (2002) crê que o capitalismo promoveu uma apropriação do mundo material em termos técnicos, científicos e cultural-ideológicos e impôs que a “noção de cidadania a ser adquirida e medida através do poder de compra, de consumo, ameaça assim transformar nossos sonhos para o futuro num grandioso pesadelo que pode crescer até consumir todo o planeta” (*id. ibid.*, p. 23).

Entretanto a crise ambiental não irá gerar um novo modelo de desenvolvimento, e sim o mesmo modelo reformado e não substituído. A crise orgânica do capital de Marx não é evocada pelos debates ecológicos vigentes. Essa constatação é levantada por Lipietz (2002) quando fala das semelhanças e diferença do que ele chama de Ecologismo e Marxismo. Diz o autor que os defensores do meio ambiente defendem a mudança de muitas coisas, mas o poder, o poder do estado, dificilmente é considerado por eles. Os verdes indubitavelmente sonham, mais com uma série de “microrrupturas”, do que com uma revolução molecular do sistema. E ainda ressalta que assim como a teoria de Marx foi uma resposta ao problema chave do século XIX, a elaboração de uma teoria e de um programa ecológico parece fadada a ser a resposta da humanidade ao grande problema do século XXI.

Leroy (2002) fala em uma espessa cortina de fumaça o uso ideológico do adjetivo sustentável, já que ele pode ser aplicável a muitas situações. Para Boff (2011) usar o termo

sustentabilidade hoje é de bom tom e aparentemente pode servir como garantia de respeito à natureza, Todavia somente a palavra não representa o fato, ela pode ser um adjetivo ou substantivo. Como adjetivo todas as coisas podem ser qualificadas de sustentáveis, como por exemplo, colocando filtros nas chaminés das fábricas elas podem ser classificadas como sustentáveis, porém elas não mudariam sua relação com a natureza e continuariam a tirar de forma insustentável os recursos naturais para a produção, ou seja, essa hipotética fábrica não seguiria os conceitos de sustentabilidade enquanto substantivo.

“No seamos ilusos: las empresas, en su gran mayoría, sólo asumen la responsabilidad socioambiental en la medida en que no se perjudiquen sus ganancias y su competición no sea amenazada. Por lo tanto, nada de cambio de rumbo, de relación diferente con la naturaleza, nada de valores éticos y espirituales.” (Boff, 2011, s.n.)

Como substantivo a sustentabilidade é uma mudança de relação com a natureza, com a vida e com a terra, é uma mudança de realidade. Não encaramos o planeta como sendo nós seres superiores e dominadores e sim como fazendo parte, aproveitando os bens naturais e respeitando seus limites (*id. ibid.*). Essa ideia é um ponto de partida para a solução da crise ambiental atual.

As Possíveis Soluções Para A Crise Ambiental, Ou Melhor, Os Possíveis Caminhos

Não existe consenso de como solucionar a crise ambiental, mas existem caminhos. Um primeiro passo é a tomada de consciência que o modelo atual não respeita os limites da natureza (Leff, 2012).

Dos muitos caminhos assinalados existem aqueles que não enxergam solução e pregam o fim do sistema vigente, como Mézàros (2007) quando afirma que o capitalismo não suporta as limitações de seu modo de reprodução sócio-metabólica. A ação destrutiva da humanidade encontrou-se com limites estruturais absolutos do próprio sistema a ponto de “obstruir o futuro da humanidade”. Portanto, não há saída senão “erradicar o sistema do capital de seu controle há muito resguardado do processo sociometabólico” (*id. ibid.*, p. 26). Por outro lado existem aqueles que querem mudanças profundas no sistema, as quais promoveriam o surgimento de uma nova sociedade. Perret (2011) fala em uma tomada de consciência da sociedade, uma mutação antropológica. Lipietz (1991, p. 82) diz que “hoje a humanidade é chamada a um progresso "em profundidade": a um acréscimo de organização, de reflexão, de humanização da natureza". Contudo os autores não falam em queda do capitalismo.

A proposta de Guattari (1990) fala que as formações políticas atuais são incapazes de solucionar a problemática ambiental e aponta para uma articulação ético-política (ecosofia) entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) como um caminho para esclarecer convenientemente tais questões.

A argumentação de Gonçalves (1989) segue aquela do mito do crescimento verde e acrescenta que após a revolução verde, das seleções genéticas das sementes, se previa

o fim da fome, mas o que se viu não foi a erradicação do problema e sim o aumento das desigualdades entre países por meio do acesso não uniforme às novas tecnologias. Além disso as inovações diminuíram a biodiversidade e deixou os produtores refém das gigantes do setor, como por exemplo, a Monsanto. Para o autor a solução deve ser coletiva de ordem política e cultural e não por meio da técnica.

A redução da desigualdade no uso dos recursos naturais é uma das bases do caminho proposto por Abramovay (2012) que também prevê o aumento da chamada ecoeficiência (criar mais riquezas com menos impacto ambiental) como objetivo estratégico de uma “nova economia que tenha a ética no centro da tomada de decisões e que se apoie em um metabolismo social capaz de garantir a reprodução saudável das sociedades humanas.” (*id. ibid.*, p. 128). O Autor ainda expõe também que um dos mais importantes fatores de esperança no processo de transição em direção a uma nova economia é o avanço impressionante da cooperação, marca decisiva da sociedade da informação em rede.

Na mesma linha de pensamento Jonas (2006) descreve como o imperativo tecnológico elimina a consciência, o sujeito e a liberdade em proveito de um determinismo. O autor também não acredita na salvação pela ciência que é alheia a moral do homem e ainda lança o princípio da responsabilidade como sendo uma ética (bioética) em que a natureza como um todo passa a fazer parte da esfera da responsabilidade dos homens. (*id. ibid.*)

Para Lipietz (1991, p. 169-170) encarar o século XXI requer “Audácia”, nome do seu livro, e coloca como alternativa para o terceiro milênio a ecologia política destacando outros pontos fundamentais para um novo modelo societal: (1) um novo pacto salarial, fundado na implicação negociada dos trabalhadores; (2) a consumação do Estado-providência em comunidade-providência, com a criação de um terceiro setor de serviços de utilidade social; (3) uma nova ordem internacional fundada no multilateralismo; (4) escolhas locais de desenvolvimento, privilegiado o *optimum* ecológico, e (5) uma agência internacional para a proteção do patrimônio comum da humanidade.

Esse modelo se baseia na mobilização do recurso humano, poupando energia e capital fixo. O pleno emprego é atingido pelo aumento do tempo livre e do terceiro setor. O novo modelo de desenvolvimento estaria calcado na gestão negociada dos grupos restritos e numa contratualização da relação entre eles, além de acordos internacionais de co-desenvolvimento e o desenvolvimento autocentrado. O conteúdo produção x consumo procurará permitir uma reconstituição do potencial ecológico do planeta e privilegiará o enriquecimento cultural. (*id. ibid.*)

Sachs (2012) acredita que a livre iniciativa das empresas não irá conduzir a uma tomada de consciência puramente ambiental. Para corrigir a miopia do mercado, uma solução lógica consiste em integrar os custos ecológicos e sociais nos preços, mediante um sistema de taxas, além de colocar às empresas as questões ambientais como incentivos econômicos, exigências regulamentares e pressões morais.

A governança é vista pelo autor como um ato que deve ser coletiva ou centralizadora dependendo do assunto em gestão. As emissões de gases do efeito estufa, por exemplo, nunca serão levantadas por seus poluidores, então deve ser gerida por autoridades centralizadoras, mas o problema do lixo, por sua vez, este deve ser feito de maneira coletiva e descentralizada como se faz na reciclagem.

deveremos aprender a nos articular àquilo a que temos espontaneamente tendência a nos opor: de um lado, a capacidade política de fixar orientações e tomar decisões que se impõem a todos e, de outro lado, a autonomia de ação das coletividades, dos pequenos grupos e dos indivíduos. (*id. ibid.*, p. 151)

Uma nova economia deve ser formada, afirmam Romeiro e Andrade (2009), considerando o capital natural disponível e os serviços ecossistêmicos⁹ fornecidos pela natureza em uma Economia dos Ecossistemas que seria guiada pelos seguintes princípios básicos: (1) o capital natural impõe limites biofísicos à expansão (escala) da economia; (2) estes limites não são e não podem ser totalmente conhecidos e sua ultrapassagem pode levar a perdas irreversíveis potencialmente catastróficas; (3) a degradação do capital natural é um processo duplamente perverso, pois diminui o estoque de ativos naturais e compromete sua capacidade de geração de serviços; (4) dadas as incertezas envolvidas e a ignorância sobre os processos que geram os serviços do capital natural, é recomendável uma postura de precaução cética; e (5) direito de existência das espécies não humanas.

Na crítica da condução neoliberal da economia de hoje Sachs (2012) diz que a velha mão invisível de Adam Smith não pode guiar a solução dos problemas socioambientais do mundo, a lógica do mercado é insensível às essas questões. Conclui o autor que a mão invisível pode ser revisitada no que ele chama de cinco dedos da mão, sendo eles: (1) Rumo a um novo contrato social – A redução drástica das desigualdades sociais entre as nações. (2) De volta ao planejamento – O planejamento esquecido no ideário do mercado autoregulador deve ser retomado com um diálogo quadripartido entre planejadores, empreendedores, trabalhadores e a sociedade civil organizada. (3/4) Segurança alimentar e energética – São pilares fundamentais das estratégias de desenvolvimento socialmente incluídas e ambientalmente saudáveis. (5) – Cooperação internacional: para onde vão as Nações Unidas? - A ONU deve redefinir suas estratégias de longo prazo, a fim de que possam, em conjunto, assegurar até 2050 condições de vida dignas para nove bilhões de seres humanos e, ao mesmo tempo, mitigar as mudanças climáticas deletérias.

Uma forma importante que atua no sentido de uma possível solução das desigualdades no mundo é a taxa Tobin. Proposta pelo economista James Tobin em 1972 o imposto iria onerar com uma pequena alíquota as transações financeiras internacionais como forma de reduzir a especulação nos mercados financeiros. As receitas desse tributo deveriam ser utilizadas para financiar as Nações Unidas para ajudar o desenvolvimento dos países do então terceiro mundo (Chesnais, 1999). Contudo a aplicação dessa taxa teve grande embate político e econômico nos países centrais de onde partem a maioria das transações financeiras mundiais e devido a resistência dos grandes grupos econômicos a proposta nunca saiu do papel.

⁹ O conceito de serviços ecossistêmicos refere-se aos benefícios tangíveis (alimentos e madeira, por exemplo) e intangíveis (beleza cênica e regulação do clima, por exemplo) obtidos pelo homem através das dinâmicas e complexas interações entre os diversos componentes do capital natural. (Romeiro & Andrade, 2009)

Em 2011 o parlamento europeu discutiu e votou uma proposta de implementação da taxa e somente em 2015 houve um consenso. A taxa sobre as transações financeiras (TTF), como é chamada na Europa, tem previsão para vigorar a partir do primeiro dia do ano de 2016. Com uma taxa que beira os 0,1% das operações financeiras a arrecadação poderia chegar a 34 bilhões/ano. Quem seria contra uma taxa tão baixa que tem o propósito de diminuir a desigualdade do mundo e promover ações pró meio ambiente? Os bancos. Uma investigação com os parlamentares europeus, intitulada “*The Fire Power of the Financial Lobby*”, revelou a maneira pela qual os bancos operam para frear as reformas que poderiam prejudicá-los por meio de lobby junto aos parlamentares (Febbro, 2014). O economista Thomas Coutrot, membro da ONG Attac, que luta pela implementação da taxa, lembra que a Taxa Tobin tinha como propósito dissuadir o recurso das transnacionais à alta frequência que se repete milhares de vezes por minuto, que serve para ganhar muito dinheiro, mas carece de qualquer utilidade para a economia real. A Taxa Tobin serviria para financiar as urgências sociais e ecológicas nacionais e internacionais (*apud* Febbro, 2014).

A transformação da sociedade passa por um maior envolvimento e tomada de consciência da responsabilidade de cada indivíduo, governo e empresa. Um processo democrático de participação social, ou seja, a cooperação dos tomadores de decisões locais com todos os atores e grupos relevantes da comunidade, é visualizada como uma pré-condição básica à obtenção da tão almejada sustentabilidade no desenvolvimento local (Rocha & Bursztyn, 2006).

Essa mudança de consciência da sociedade é para Leroy (2002) um processo de subversão interminável, de luta infundável, na medida em que cada conquista leva a novos desafios, este processo deve espalhar-se do indivíduo até o coletivo. É necessária uma verdadeira cultura contra-hegemônica da globalização, derrubando os valores impostos pelo mercado vislumbrando um projeto alternativo de mudança social com vistas para o ser muito maiores do que para o ter, substituindo a arrogância pela humildade, a competição pela solidariedade. É a construção da sustentabilidade democrática que é econômica sim, mas antes de qualquer coisa justa, de cidadãos de diretos e também de deveres sociais e ambientais.

A crise ambiental na visão de Leff (2000) só é resolvida com a construção de uma racionalidade ambiental, ou seja, uma nova forma de conceber o mundo ou re-conhecer o mundo. Criar uma nova racionalidade que guie a humanidade em um caminho de harmonia entre homem e natureza. No campo da ecologia política isso leva para um terreno ético: para o encontro com o "Outro" que inaugura o futuro por um caminho de responsabilidade. Esse processo é mobilizado por um saber ambiental¹⁰ que se inscreve em relações de poder pela apropriação social da natureza e da cultura.

Os diferentes caminhos alternativos ao vigente modelo insustentável do capitalismo mostram a complexidade do problema ambiental. Talvez uma confluência

¹⁰ O saber ambiental é o termo apropriado para as chamadas ciências ambientais, elas não existem. Essa é uma constatação de caráter epistêmico, uma vez que nenhuma ciência tem o meio como objeto de estudo. A ecologia tem os ecossistemas e as interações neles ocorridas como objeto, mas o meio em si não é e nem pode ser objeto de estudo das ditas ciências ambientais, elas são inexistentes, o que existe é um saber ambiental. (Leff, 2000)

das várias soluções apontadas aqui é que possa no futuro resolver as situações de falta de recursos naturais que as leituras e relatórios apontam.

Não existe um caminho único e sim diversas forma de combater a crise ambiental, mas todos as reais formas de propor solução partem do pressuposto de que o sistema atual não nos levará a uma sociedade justa socialmente e equilibrada ambientalmente.

As Grandes Empresas Comandam o Mundo

Existe clara ligação entre as ações verdes do sistema capitalista e as grandes empresas. Como condutoras da globalização elas lançam mão de produtos e processos adjetivados de sustentáveis para ganhar mercado e não para proteger a natureza. As grandes empresas estão no centro do mercado global e sendo assim, no centro do mercado global verde.

A proeminência das grandes empresas vem de longa data sendo construída. Na busca do momento histórico da maior integração comercial internacional e consequentemente do maior destaque das grandes empresas o cenário global Benko (1996) afirma que o mercado em via de unificação nos séculos XV e XVI foi aprofundado pelos pactos coloniais do século XIX e somente após o pós-guerra que se acelerou o movimento de integração comercial. Chesnais (1996) fala em uma mundialização do capital que foi resultado de dos movimentos conjuntos, interligados, mas distintos. O primeiro é a forte fase de acumulação do capital que o mundo presenciou após as grandes guerras. Já o segundo momento diz respeito às políticas de desregulamentação das conquistas sociais e democráticas aplicadas no início da década de 1980, sobretudo pelos governos Thatcher e Reagan. Como esses dois movimentos o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais eliminaram "os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for convenientes". (*id. ibid.*, p. 34)

É nesse contexto que Ianni (1996) aponta que o liberalismo se transfigura em neoliberalismo. Para o autor essa passagem se da na era do globalismo, a qual promove: uma nova divisão transnacional do trabalho e da produção; a crescente articulação dos mercados nacionais em mercador regionais e em um mercado mundial; o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, com destaque para as redes de informática; a expansão das corporações transnacionais e os organismos multilaterais. Todos esses são signos do neoliberalismo expressos no globalismo.

Chesnais (1996) faz a diferenciação do termo mundialização e globalização¹¹. Para o autor o termo mundialização vai além da abordagem da globalização e incorpora a ideia de que pela estratégia dos grandes grupos industriais no mercado global ocorreu uma forte expansão do mercado de ações baseados nos fundos de pensão e de investimentos, aliados as grandes corporações bancárias mundiais. Benko (1996, p. 237) também é adepto à essa conotação e diz ser a globalização a "tendência atual das grandes empresas a delegar parte de seu poder e filiais espalhadas pelos quatro cantos do mundo". Lipietz

¹¹ Genericamente globalização pode ser conceituada como a "ocorrência simultânea de três processos, a saber: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais" (Gonçalves, 1999, p. 205)

(1988) analisando a expansão da industrialização para o terceiro mundo e seus problemas afirmam que os bancos e as multinacionais, como possuidoras dos centros produtivos do planeta, geram, por meio da dependência tecnológica e financeira, uma nova divisão internacional do trabalho. Serfati (1998) chama esse movimento de valorização do capital-dinheiro, na qual as formas produtivas e financeiras dos grupos estão cada vez mais perto, de "financeirização" dos grupos industriais e, portanto, levam a financeirização da economia mundial. Castells (1999) também enfatiza o poder das grandes corporações no processo de globalização, o qual para o autor é uma estratégia de dominação das economias nacionais por parte dos países mais ricos, influenciados por suas megacorporações, as quais junto com os mercados financeiros, são a espinha dorsal da nova economia global¹². Para Corrêa (1996) na era da globalização as grandes corporações se tornam o mais importante agente da reorganização espacial capitalista.

Essas análises mostram como que os grandes grupos são o carro chefe da globalização, são eles quem ditam as regras do comércio internacional aliados com as corporações financeiras que alimentam toda essa engrenagem. Todo esse processo só tem um objetivo; maximizar o lucro, da mesma forma que na questão ambiental o desenvolvimento sustentável também tem esse propósito.

Em um sentido mais social do processo de globalização Santos (2000) chama atenção para o lado perverso do processo. O grande avanço técnico provocado pela globalização impõe sua perversidade a maioria da população mundial que não tem acesso aos seus benefícios. A esse grupo de pessoas Benko (2001, p. 10) deu o nome de os "nômades da miséria", os quais se submetem às tecnologias e são obrigados a oferecer uma grande mobilidade para encontrar trabalho ou para sobreviver. Esse processo não está a serviço da humanidade e sim das grandes corporações. "Um pequeno número de grandes empresas que se instalam acarretam para a sociedade como um todo um pesado processo de desequilíbrio" (Santos, 2000, p. 68). As mudanças sociais, segundo Castells (1999), são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica.

O movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos "novos países industrializados", que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças nas produtividades do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento. (Chesnais, 1996, p. 33)

Chesnais (1996) destaca os principais aspectos da mundialização, a saber; (1) O investimento externo direto - IED suplantou o comércio exterior como vetor principal no processo de internacionalização aliado aos processos de fusão-aquisição. (2) O IED se concentrou nos países centrais à custa dos países periféricos, quem ganha com isso são as transnacionais. (3) Os grupos industriais tendem a se organizar em "empresa-rede" visando reconciliar a centralização de capital e a descentralização das operações, explorando assim, as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização. (4) Ocorreu a formação de um oligopólio internacional onde os

¹² Castells (1999) define a nova economia global como aquela cujos componentes centrais tem a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de funcionar como uma unidade em tempo real em escala planetária.

participantes, sobretudo a tríade¹³, tem espaço privilegiado de cooperação e concorrência. (5) Existe uma "globalização financeira" na qual prospera uma lógica financeira dentro dos grandes grupos industrial.

Hirst (1998) crítica o conceito de globalização que teria seu lado de mito. Nesse processo os mercados nacionais dos países centrais (países esses que são os maiores ganhadores da globalização) continuam absorvendo grande parte da produção de bens e serviços, além de responder pelo grosso dos empregos gerados. As empresas, que operam intensamente no campo internacional, não se desvinculam de seus países de origem e tem seu centro de comando claramente identificável no norte rico. Em sua maioria, destaca o autor, essas empresas não são "transnacionais", mas empresas nacionais com atuação no exterior. Galbraith (apud Hirst, 1998) já alertava que globalização não é um conceito sério e foi inventado pelos americanos para dissimular a política de entrada econômica dos EUA nos outros países.

Outra faceta da globalização é sua tendência de interdependência entre os países e sua capacidade de criar vulnerabilidade externa. Gonçalves (1999) mostra como o IED é veículo fundamental no processo de globalização que conta com três fatores determinantes, são eles; (1) o desenvolvimento tecnológico associado a revolução da informática e das telecomunicações; (2) a ordem política e institucional vinculada à ascensão das ideias neoliberais; e (3) a ordem sistêmica e estrutural do movimento de acumulação em escala global.

A tendência de interdependência entre os países é em grande medida devido à internacionalização do capital, este "significa simultaneamente a internacionalização do processo produtivo [...] quando se mundializa o capital produtivo, mundializam-se as forças produtivas e as relações de produção". (Ianni, 2002, p.63-4)

Já a vulnerabilidade externa é criada a partir do aumento da volatilidade dos fluxos econômicos internacionais nos países, provocando alterações nas políticas macroeconômicas que quando mudam os preços relativos, o nível e a composição dos agregados econômicos têm impactos microeconômicos significativos. Todas essas transformações criam uma vulnerabilidade externa que limita a capacidade de resistência das economias nacionais em combater as flutuações do mercado internacional. Essa entrada de capitais estrangeiros é promovida também pelos processos de fusão-aquisição e pelas privatizações, o que pode ser considerado como um processo de desnacionalização (Gonçalves, 1999).

A globalização então, com a abertura econômica promove de um lado o crescimento das atividades comerciais e financeiras do país, mas do outro lado expõe as economias domésticas à choques externos globais.

Todo esse processo carrega consigo o que Ianni (2002, p. 183-7) vai chamar de dialética da globalização. Para autor esse movimento do capitalismo reabre, recria e supera a controvérsia "imperialismo ou interdependência". As duas são dimensões da

¹³ Hoje existe a entrada no cenário dos BRIC's com a liderança econômica da china que ameaça a ultrapassar os EUA em valor de PIB. Por mais que não seja a melhor forma de medir o desenvolvimento, como já foi descrito na seção anterior, ainda é um número que chama atenção e influência a economia mundial. PIB da China ultrapassará EUA neste ano, diz Moody's. *Exame* de 12/05/2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/pib-da-china-ultrapassara-eua-neste-ano-diz-moody-s>. Acesso em: 31/032015.

realidade histórica geográfica do capitalismo. As nações, os indivíduos, e as coletividades tornam-se cada vez mais interdependentes, na mesma medida em que o imperialismo se acentua, generaliza e muda de figura. Mesmo que os Estados nacionais continuem a desempenhar tarefas imperialistas, suas prerrogativas já não são mais aquelas do imperialismo “clássico”. Agora as corporações transnacionais passaram a desempenhar papel ativo no mundo e entram no jogo do imperialismo e da interdependência em lugares que antes os Estados-nacionais exerciam sozinhos por excelência.

As grandes empresas foram transformadas em grupos econômicos quando se viram limitadas por uma única base empresarial presa em um oligopólio doméstico. A partir dessa constatação os grupos se direcionaram para uma expansão de suas bases empresariais por meio de filiais por toda parte que dispusesse de elementos básicos de acumulação, sobretudo nos países periféricos. Esse movimento Lipietz (1988) chama de fordismo¹⁴ periférico. Como formas desse processo o autor lembra a atração das multinacionais, o processo de substituição das importações e o período de grande crescimento econômico vividos pelos novos países industrializados que resultou em grande dependência para com os países centrais.

O regime de acumulação¹⁵ monopolista “rígido” formado no fordismo toma conta das relações comerciais e é preponderante nos países desenvolvidos, durante os trinta gloriosos. No entanto esse sistema entra em crise. Em substituição a rigidez do fordismo a flexibilidade ou especialização flexível passou a ser desmembrada em vários entendimentos que perpassam, dentre outros aspectos: a flexibilidade dos contratos de trabalho, o regime salarial, equipamentos produtivos, as habilidades do trabalho, formas de organização da empresa, inserção territorial das firmas, das políticas econômicas do Estado, do sistema financeiro internacional, etc. (Lipietz & Leborgne, 1988).

A crise do fordismo como chamam os regulacionistas¹⁶ ou do modelo keynesiano de crescimento capitalista como fala Castells (1999) ocorreu porque o modelo de desenvolvimento capitalista atingiu seus limites. Lipietz & Leborgne (1988, p. 16) falam

¹⁴ O fordismo foi um regime de acumulação foi pautado na íntima relação entre produção e consumo, por meio do trabalhador assalariado que produz e consome. Uma produção em massa para um consumo em massa, com trabalhadores não qualificados e com crescimento do poder aquisitivo dos mesmos, paralelo ao crescimento da produtividade (relação salarial) buscando o pleno emprego e utilização das máquinas, mantendo assim, o lucro das firmas estáveis. Nessas configurações foram as grandes empresas que tomaram corpo no desenvolvimento capitalista fordista. Neste período, conhecido também como os “trinta gloriosos” (1946-1976), as grandes empresas se transformaram em multinacionais expandindo sua atuação para o mundo. (Lipietz, 1991)

¹⁵ Pode-se entender regime de acumulação como “o conjunto das regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, ou seja, que permitam absorver ou repartir no tempo as distorções e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do próprio processo”. (Boyer, 1990, p. 71-2)

¹⁶ “A teoria da regulação é uma abordagem teórica fundada pela escola francesa de economia (Aglietta, Boyer, Lipietz, etc.) Ela fornece nova chave de leitura da história econômica e permite por em relevo a especificidade da crise atual (crise “fordiana”) e compreender melhor os ecos das políticas econômicas adotadas nos países desenvolvidos. A teoria da regulação do capitalismo é a gênese, do desenvolvimento e do declínio das formas sociais, da transformação em que se movem as separações que o constituem. Os elementos essenciais da teoria são: rejeição da problemática do equilíbrio geral; vontade de introduzir o tempo histórico e as mudanças nas formas sociais do capitalismo e suas modalidades de ajustamento dinâmico a curto e a médio prazo; união entre o trabalho teórico de elaboração de conceitos intermediários e a periodização das regulações”. (Benko, 1996, p. 246)

em uma crise latente do paradigma industrial, com uma desaceleração da produtividade e um crescimento da relação capital/produto, conduzindo a uma queda na lucratividade nos anos 1960. A reação dos empresários (via internacionalização da produção) e do Estado (generalização das políticas de austeridade) levou a uma crise do emprego e daí à crise do Estado-Providência. A internacionalização e a estagnação dos rendimentos detonaram por sua vez a crise “do lado da demanda” no fim dos anos de 1970.

Castells (1999) destaca a manifestação da crise por meio da inflação e lembra a influência provocada pelos choques do petróleo em 1973 e 1979. Toda essa crise levou a uma série de mudanças, tanto no âmbito das instituições como no gerenciamento empresarial visando a reestruturação com um esforço mais decisivo a favor da desregulamentação, da privatização e do desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho, que fundamentou a estabilidade do modelo de crescimento anterior. O autor ainda aponta os principais objetivos dessas reformas que promoveram um novo sistema econômico que pode ser caracterizado de capitalismo informacional: (1) aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; (2) aumentar a produtividade do trabalho e do capital; (3) globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade nas condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e (4) direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público.

A nova configuração requer das empresas certas mudanças, as empresas que melhor se adaptaram as novas formas flexíveis de acumulação tiveram mais êxito na feroz concorrência capitalista. Nesse momento de crise no capitalismo o apelo à sustentabilidade tomou corpo como novas forma de reprodução do capital e alinharam as questões ambientais com os interesses das grandes empresas.

CONCLUSÃO

A sustentabilidade é agenda da sociedade, dos governos e das empresas, porém as empresas são as que moldam os critérios de proteção à natureza, então estes estão a reboque de seu real objetivo, acumular mais e mais. De maneira geral a sociedade absorve o que é vinculado nas grandes mídias sobre a sustentabilidade, mas quem banca a grande mídia com propagandas? As empresas. Já os governos não tem atuação muito distante, eles regulam o mercado para que ele funcione melhor e funcionando melhor são as empresas as maiores ganhadoras. Dessa e de outras formas são as grandes empresas que comandam o desenvolvimento capitalista e rouparam esse desenvolvimento de verde para atender os anseios ambientais da sociedade e dos governos.

A busca pela sustentabilidade é mais uma busca por lucro do que por salvaguardar a natureza para uso consciente, sendo assim, a sustentabilidade é uma nova forma de reprodução do capital. Uma mudança desse cenário é apontada nas possíveis soluções ou caminhos para saída da crise ambiental passando essencialmente em reconhecer que o modelo de sociedade hoje não impõe limites ao crescimento. A busca por uma visão mais integrada do sistema produtivo com a natureza, respeitando os serviços ecossistêmicos e estabelecendo uma cooperação mundial para solução de um

problema mundial é a busca por uma nova racionalidade ambiental longe dos valores impostos pela sociedade capitalista.

As grandes empresas dominam o mundo e são as condutoras do processo de globalização que reorganiza espacialmente o capitalismo. A financeirização do mundo promovida pela abertura comercial, remédio da doutrina neoliberal, fez com que as grandes empresas criassem uma nova faceta, não só a produtiva, mas também a financeira, formando grupos e corporações econômicas.

A condução do capitalismo pelas grandes empresas na era global encontrou na sustentabilidade uma nova forma de se reproduzir. Por serem os grandes grupos aqueles que conduzem os processos de globalização eles também conduzem as formas de sustentabilidade empregadas na sociedade que, como se viu, não irão levar à proteção da natureza e sim à maiores ganhos econômicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012a.
_____. **Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20**. Estudos Avançados vol. 26, n.74, 2012b, p. 21-33. (Dossiê Sustentabilidade).

ALVES, J. E. D. **População e consumo na Rio+20**. Ecodebate, Disponível: <http://www.ecodebate.com.br/2012/11/09/populacao-e-consumo-na-rio20-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso: 16/03/2015.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A recomposição dos espaços. **Interações**, revista internacional de desenvolvimento local, v. 1, n. 2, p. 7-12, 2001.

BOFF, L. **Ecologia – mundialização – espiritualidade**: a emergência de um novo paradigma. São Paulo: Ática, 1999.

BOYER, R. **Teoria da Regulação**. Uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede - A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Tobin or not Tobin**. Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. São Paulo, UNESP, ATTAC, 1999.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FEBBRO, E. **Sob pressão de bancos, criação de Taxa Tobin na Europa é adiada para 2016.** Carta Maior. 08/05/2014. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Sob-pressao-de-bancos-criacao-de-Taxa-Tobin-na-Europa-e-adiada-para-2016/7/30880>. Acesso em: 27/03/2015.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Campinas, SP: Papyrus, 1990.

GUERRA, L.D. et. al. Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 8, n. 1, p. 09-25, Mar. 2007.

GIACOMINI FILHO, G. **Ecoprapaganda.** Editora Senac: São Paulo, 2004.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HAESBAERT, R. & Gonçalves, C. W. P. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo; Editora Unesp, 2006.

HIRST, P. **Globalização: mito ou realidade.** In: Fiori, J. L. (et al) Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

IANNI, O. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JONAS, H. **O Princípio Responsabilidade:** ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável:** evolução de um conceito? In: Proposta, 25(71):5-10.1997.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo; Cortez, 2000.

LEROY, J. et al. **Tudo ao mesmo tempo agora:** Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres:** problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Audácia:** Uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991.

_____. **A ecologia política e o futuro do marxismo.** Ambiente & Sociedade. vol. V, n. 2, ago./dez. 2002.

LIPIETZ, A. & LEBORGNE, D. **O Pós-Fordismo e seu espaço**. Espaço e Debates, São Paulo: Neru, n. 25, 1988.

MARCONDES, A. & W; Bacarji, C. D. **ISE: sustentabilidade no mercado de capitais**. São Paulo: Report Ed, 2010.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural Do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, L. D. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável” Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, p.72-96, 2012.

PERRET, B. **O capitalismo é sustentável?** São Paulo: Loyola, 2011.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

POSSAMAI, T. Condicionantes socioeconômicos da crise ambiental: uma análise crítica In: THEIS, I. **Desenvolvimento e meio ambiente em Santa Catarina: a questão ambiental em escala local/regional**. Joinville, SC: UNIVILLE, 2006.

ROCHA, J. & BURSZTYN, M. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. vol. 7, n. 11, p. 45-52, Set. 2005.

Recebido em: 13/08/2016

Aprovado para publicação em: 26/06/2017